

O Portugal Atlântico e o Portugal Mediterrâneo na itinerância régia de meados do século XV (1433-1460)

Judite A. Gonçalves de Freitas*

Resumo:

O texto que aqui apresentamos constitui uma primeira abordagem de um tema complexo que procuraremos vir a aprofundar e tratar com maior fôlego num futuro próximo. O estudo dos lugares de digressão do monarca e do respectivo séquito de burocratas a que procedemos tem por base o levantamento e tratamento informatizado dos diplomas da *Chancelaria* de D. Duarte e de D. Afonso V. As imagens de mudança e de transposição espaço-temporal pelos homens do poder são-nos fornecidas através da delimitação dos percursos, dos locais de destino ou dos lugares de permanência regular das várias instâncias governativas. Por conseguinte, a articulação e hierarquização espacial das instâncias do poder é um dos principais objectivos deste estudo.

Abstract:

The text here presented constitutes a first approach to a complex theme, which, hopefully, we will have the opportunity of studying in more depth in a near future. The present study of the places of digression of the monarch and respective suite of bureaucrats is based on the survey and computer treatment of the diplomas of the Chancelleries of D. Duarte and D. Alphonse V. The images of change and space-time transpositions undergone by the men of power are conveyed by the circumscription of the routes, the destinations, and the places of regular sojourn of the different government instances. Therefore, the articulation and spatial hierarchy of the instances of power is one of the main aims of the present study.

1. Introdução à problemática

O horizonte de partida deste trabalho é o estudo dos lugares do poder, por meio do traçado sistemático das deslocações dos monarcas D. Duarte e D. Afonso V – e respectivos séquitos de burocratas - até 1460. As nossas perspectivas de análise são específicas e bem delimitadas, e arrancam da integração das modernas noções de espaço e de tempo enquanto dimensões da experiência humana. A ideia fundamental de que partimos é a da relevância dos lugares na itinerância do monarca e dos seus oficiais no exercício das práticas institucionais quotidianas como um dos aspectos essenciais da formação do Estado tardo-medieval¹. Sabendo nós que o meio social em que o indivíduo actua e age é o da representação, mediação e valoração, suscitando a tomada de

* Professora associada com agregação na Universidade Fernando Pessoa. Professora Agregada em História e Estudos Políticos e Internacionais pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Membro do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE – Universidade do Porto), membro da linha de investigação de *Estudos Medievais e do Renascimento*.

¹ Carl Richard BRÜHL citado por Rita Costa GOMES – *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995, pp. 241-255. O referido Autor salienta a importância do estudo do significado político das itinerâncias régias.

decisões, o desdobrar de acções e a condução ao assumir de determinados comportamentos, teremos que encarar a relação tempo e lugar nas suas plenitude e globalidade². Por influência dos que se dedicam à geohistória e à teoria contextual³, retemos a ideia de que podem existir vários lugares num mesmo espaço com dimensões de importância/domínio bastante diferentes, de acordo com as formas de articulação entre si ou, até mesmo, de apropriação de determinados lugares pelo poder⁴. Mais recentemente, vários autores chamaram a atenção para a existência de circuitos de deslocamentos régias, definindo *inclusive* a tipologia dos lugares do Príncipe⁵; outros têm salientado a ideia de que a dimensão *espaço-tempo longo* reverte para a análise do funcionamento de uma determinada sociedade, no caso pendente «política», tomando como referente a existência de uma complementaridade de lugares num mesmo espaço⁶.

Ultrapassando as questões de natureza metodológica, que hoje assentam na ideia de existência de uma interligação global espaço-tempo, não iremos descurar o valor dos trabalhos inicialmente desenvolvidos em torno dos itinerários régios, porquanto os encaravam como trajectória explicativa da sucessividade de eventos históricos mais ou menos assinaláveis, partindo do pressuposto de que existia, por norma, uma simultaneidade do rumo dos servidores do Desembargo em relação aos monarcas⁷.

Encontramo-nos particularmente interessada no estudo comparado e exaustivo dos lugares de digressão do monarca e dos seus servidores enquanto locais de desenvolvimento de relações socioespaciais de afirmação da dimensão mais estrita da autoridade régia, proporcionantes do estabelecimento de uma ligação aproximada entre governantes e governados. Considerando o desenvolvimento dos processos socioespaciais dos lugares, na sua diacronia, foi possível detectar regularidades através da análise dos factores invariantes que permitem delinear percursos, evidenciar casos-

² Gerard SABATIER e Rita Costa GOMES [coord.] – *Lugares do poder. Europa séculos XV a XX. Lieux de pouvoir. Europe XVe-XXe siècles. Places of Power. Europe 15th to 20th centuries*. Lisboa: FCG, 1998, pp. 26-32.

³ Que constitui um meio privilegiado para compreender a organização dos processos sócio-espaciais,”(...) *pois pressupõe uma Geografia dos tempos longos. A Geohistória manifesta enormes potencialidades na explicação desses processos(...)*” (Maria Júlia FERREIRA – “O espaço-tempo e a geohistória”, in *Tempo, Temporalidades e Durações*. Lisboa: Ed. Colibri, 1995, p. 224).

⁴ Maria Júlia FERREIRA – art. cit., pp. 215-228.

⁵ Rita Costa GOMES – “Monarquia e Território: residências reais portuguesas, séculos XIV a XVI”, in *Lugares do poder...*, pp. 84-105 e José Custódio VIEIRA – “Palácio Nacional de Sintra: o poder de um lugar, séculos XV a XIX”, in *Lugares do poder...*, pp. 204-225.

⁶ Maria Júlia FERREIRA, art. cit., p. 215 e ss.

⁷ Rui de AZEVEDO – “Funcionários da Corte nos documentos régios”, in *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, I, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958, pp. CXV-CXXVII; Humberto Baquero MORENO – *Itinerários de El Rei D. Duarte (1433-1438)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1976; *Os Itinerários do Infante D. Pedro (1438-1448)*. Sep. Lourenço Marques, 1968 e *Itinerários de El Rei D. João I*. Lisboa: Ministério da Educação, 1988.

tipo⁸, locais de permanência regular e espaços de poder encarados como limites geográficos representativos da confluência de várias instâncias governativas. Naturalmente que aqui não nos ocuparemos de forma aprofundada de alguns temas tão relevantes como os das representações mentais e do ideário medieval do «itinerário», nem tão pouco dos rituais cortesãos⁹ que, evidentemente, acompanhavam e se desenvolviam em torno das deslocações do rei e dos seus oficiais.

Atenderemos especialmente ao referencial histórico e geográfico das *Chancelarias* como forma de descortinar, em primeiro lugar, os percursos dos reis e dos seus servidores, aos quais certamente conferiam uma dimensão simbólica na medida em que a demanda dos lugares permitia, de algum modo, reforçar a imagem da autoridade e as formas do seu exercício¹⁰. Por conseguinte, consideraremos como principais suportes documentais os registos das *Chancelarias régias* complementando-os com outras produções de teor narrativo – as Crónicas de Rui de PINA¹¹ –, por conterem apreciável capacidade informativa. Mas o que para nós estará principalmente em causa é a contextualização da temporalidade do funcionamento do sistema burocrático em meados de Quatrocentos, pela sua integração no universo documental das *Chancelarias*.

2. Considerações acerca da construção da base de dados informatizada:

Para tal tivemos que efectuar o processamento informático de 12.570 registos da *Chancelaria*¹² utilizando o programa ACCESS na versão 2000 para efeitos de fichagem e indexação de conteúdos, ordenando-os por data (dia, mês, ano), local, subscritor(es), escrivão, tipo diplomático, fontes e observações. Cada ficha corresponde a um documento compulsado. Este programa oferece grandes possibilidades de gestão simultânea de dados e ficheiros, permitindo assim o relacionamento do conjunto de informações seleccionadas.

⁸ Todo e qualquer exemplo de relação em que os factores explicativos servem para compreender situações da mesma natureza ou similares.

⁹ Sobre o assunto ver por todos, para o caso espanhol, José Manuel NIETO SORIA – *Ceremonias de la realeza. Propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara*. Madrid: Nerea, 1993 e, para o caso português, Rita Costa GOMES – *A Corte dos Reis...*, pp. 295-326. Para um tempo um pouco posterior v. por todos, A. ELLENIUS [dir.] – *Iconographie, propagande et légitimation*. Paris: PUF, 1998 (coll. «*Les origines de l'État Moderne en Europe XIII-XVIII siècles*», dir. W. BLOCKMANS e Jean-Philippe GENET).

¹⁰ José Manuel NIETO SORIA – “La Realeza”, in *Orígenes de la Monarquía Hispánica: propaganda e legitimación (ca. 1400-1520)*. Madrid: Dykinson, 1999, pp. 25-140.

¹¹ “Crónica de D. Duarte” e “Crónica de D. Afonso V”, in *Tesouros da Literatura e da História*, Porto: Lello & Irmãos Editores, 1977, pp. 477-575 e 577-881.

¹² Cerca de metade do número total de actos compulsados para a nossa tese de doutoramento «*Teemos por bem e mandamos*». *A Burocracia Régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos (1438-1460)*. I vol., Cascais: Patrimonia, 2001, p. 33 e ss.

Posteriormente vertemos os dados inicialmente classificados para o programa EXCEL, na versão 2000, no intuito de procedermos à realização de diversos gráficos e estabelecer um leque alargado de relações, de entre as quais destacamos as seguintes:

1. Distribuição do número total de cartas por mês e ano¹³;
2. distribuição do número total de dias de permanência no lugar X por mês e ano;
3. número de visitas¹⁴ e número de estadias¹⁵;
4. circuitos, destinos habituais, incidências regionais e topologia das deslocações.

A existência de percursos delimitados, de locais de destino e de permanência regular, bem como a valoração dos espaços enquanto limites geográficos considerados na sua amplitude diacrónica, constitui, para já, uma das primeiras ilações que podemos retirar da análise e tratamento dos dados referidos.

3. Os territórios do poder (1433-1460)

Com esta reflexão inicial pretendemos demonstrar algumas das potencialidades da abordagem em que as temporalidades são qualidades intrínsecas dos espaços, e enfatizar a utilização da Informática como via operativa para um estudo, que se pretende globalizante, dos processos e mecanismos organizativos das trajectórias e deslocações do monarca e da oficialidade.

Interessa-nos por conseguinte relacionar a temporalidade de permanência com o significado possível que possamos atribuir aos locais de exercício do poder; ou seja, trata-se de centrar a nossa análise *na geografia do poder*. O itinerário, o percurso de um sítio a outro é um dos enfoques fundamentais do nosso trabalho e, sem embargo, é também pretexto para salientar a *hierarquia dos lugares do poder*, cujo fim último é visto através da experimentação quotidiana do poder pelos servidores régios movidos pelo desejo de provar a legitimidade da autoridade delegada.

Esta ideia é-nos sugerida pela sucessão de cartas outorgadas de um mesmo local ou de espaços demarcados a que chegam os oficiais régios ou de que largam em direcção a novos lugares de um mesmo espaço ou de outro. Não sabemos em que medida foram introduzidos nos itinerários *os desvios* ditados por necessidades de dar

¹³ Ao longo dos vinte e oito anos documentados.

¹⁴ Toda a presença documentada em dia não consecutivo.

¹⁵ Número de dias de presença consecutiva, incluindo ocorrências de um só dia.

resposta a problemas noutros sítios ou terras. Não pudemos igualmente considerar os gastos nem determinar todos os perigos inerentes às deslocações simultâneas de oficiais régios distintos; melhor pudemos conhecer, avaliando, os esforços desenvolvidos para estabilizar procedimentos e rotinas burocráticos¹⁶. Temos igualmente por certo que, efectuado o levantamento exaustivo dos registos, se conclui que alguns dos oficiais redactores e dos escribas se deslocam amiudadas vezes aos lugares para onde se vai transferindo a Corte, enquanto outros tantos, se distinguem por se afastarem para outros locais, consigo levando cadernos de pergaminho para, também eles registarem os actos expedidos¹⁷.

Não tenhamos dúvidas: os oficiais que se deslocam em missão burocrática perseguem destinos, ultrapassando porventura dificuldades no trajecto, com o sentido de cumprir disciplinarmente o regimento da *coisa pública*, uma vez que havia que administrar a justiça, cobrar impostos, celebrar contratos, sentenciar, providenciar o perdão aos faltosos, ouvir denúncias, efectuar doações ou prover ofícios... Os registos da *Chancelaria* reproduzem uma imagem efectiva destas práticas socioespaciais que estabelecem uma mais estreita relação entre governantes e governados. Por seu lado, a necessidade de fixar no tempo a memória do que não deve ser esquecido ou do que não pode ser menosprezado, seja pelos encargos burocráticos que lhes são adjudicados, seja porque a expectativa dos peticionários e/ou receptores não devia ser gorada, confere aos escrevões e subscritores das cartas, uma visão histórica acentuada que não podemos nem devemos deixar escapar.

Dos registos da *Chancelaria* pouco ou quase nada nos é dado saber sobre os mais variados aspectos dos espaços visitados: a descrição das formas físicas dos lugares de expedição dos diplomas é-lhe distante.

Uma primeira ideia que ressalta da distribuição do total de registos por ano e por mês é a da disparidade sazonal da sua produção. Os meses de maior elaboração documental, para uma larga maioria dos vinte e oito anos em análise, são os de Março a

¹⁶ Ver por todos Judite A. Gonçalves de FREITAS - «*Teemos por bem e mandamos*». *A Burocracia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460)*. vol. I, Cascais: Patrimonia, 2001, 120-130.

¹⁷ Nos registos das *Chancelarias* compulsados existem actos registados e copiados sem sequência cronológica e sem sequência topográfica. Sobre o assunto ver por todos uma importante súpula dos procedimentos burocráticos num dos principais organismos do poder régio – a *Chancelaria* (Armando Luís de Carvalho HOMEM, Maria Eugénia Pereira da MOTA e Luís Miguel DUARTE – “Percurso da Burocracia Régia (séculos XIII-XV)”, in *A Memória da Nação*, org. Francisco BETHENCOURT e Diogo Ramada CURTO, Lisboa, Sá da Costa, 1991, pp. 405-410.

Julho. Março representa o princípio da «rentrée» do despacho burocrático, já que os valores ultrapassam os mil diplomas/mês, situação que se prolonga até finais da fase mais quente do ano. Nas épocas primaveril e estival deparamos com os maiores índices de redacção diplomática¹⁸. O acréscimo do número de horas de sol e o prolongar da luminosidade nestas alturas do ano, associados à melhoria e à estabilidade das condições climáticas, podem ser factores não alheios a esta circunstância. Num território submetido a uma grande variabilidade de condições atmosféricas¹⁹, as deslocações que partem (saem) dos espaços-tipo habitualmente considerados como «centros» nevrálgicos da centralidade régia, tais como Lisboa, Santarém e Évora, ocorrem igualmente com maior incidência durante estes meses. O desenvolvimento espacial da itinerância dos burocratas régios é marcado pelos factores aduzidos. De facto, o aumento da produção escrita nos meses referidos é acompanhado por um crescimento do número de viagens e visitas dos oficiais do Desembargo a um maior grupo (*constelação*) de cidades e vilas, ainda que próximas dos lugares de estadia da Corte: Sintra, Almada, Torres Vedras, Almeirim, Coimbra, Tentúgal, Estremoz. Nos meses de Inverno verifica-se uma menor incidência das deslocações e visitas dos oficiais e do monarca, que optam, nas mais das vezes, por não se distanciar de Évora, Santarém ou Lisboa. Entre a parte final do Outono e o começo da Primavera, numa altura em que as temperaturas descem e se distribui o essencial das chuvas, as estâncias em Évora e/ou Santarém surgem, nos mais dos anos, como a primeira escolha.

Apesar de tudo, e não obstante as excepções, podemos dizer que, por meados do século XV, a cidade de Lisboa é tomada, ao longo do ano, como ponto de partida e de regresso dos principais lugares de despacho²⁰. Num quadro de longa duração marcado pela estabilidade dos efectivos humanos, o certo é que o *status* burocrático originara em meados de Quatrocentos um pontual aumento do número de oficiais nalguns sectores do Desembargo, assim como de escrivães²¹. A máquina burocrática torna-se então mais pesada e mais difícil de mover... A tendência parece ser para uma expressiva redução da amplitude das deslocações dos oficiais, existindo lugares de significativa preferência

¹⁸ Cf., em anexo, gráfico nº 1 – Distribuição do total de diplomas por mês (1433-1460) e gráfico nº 2 – Distribuição do total de diplomas por ano (1433-1460).

¹⁹ Sobre as características gerais do clima e a diversidade climática regional de Portugal v. por todos Carlos Alberto MEDEIROS – *Geografia de Portugal. Ambiente Natural e Ocupação Humana. Uma Introdução*. 5ª ed., Lisboa: Estampa, 2000, pp. 83-106.

²⁰ Cf., em anexo, Quadro nº 1 – Distribuição do total de diplomas por locais de expedição (1433-1460).

²¹ V. por todos Judite A. Gonçalves de FREITAS - «*Teemos por bem e mandamos*»..., vol. I, pp. 161-185.

relativamente a outros. Mas esta primazia é ditada pela deslocalização da sede do poder central, perspectivando, também, diferentes modalidades e estilos de acção governativa, intrinsecamente relacionados com as circunstâncias políticas e com a geografia do exercício do poder. Concretizemos: durante o governo de D. Duarte (1433-1438) as estâncias preferidas da Corte e de uma maioria dos oficiais régios eram constituídas pelo espaço triangular Santarém/Almeirim, Évora e Lisboa; estendendo-se circunstancialmente, a Norte, para Torres Vedras, Óbidos, Alcobaça, Batalha, Leiria e outras localidades (menores e próximas), e a Sul, saindo de Évora para Estremoz e Portel. Desde os inícios do reinado de D. Duarte e até Outubro de 1434, o corpo de oficiais desenvolve o grosso da actividade em Santarém e Almeirim, verificando-se um número limitado de deslocações de uma pequena parte do séquito de oficiais a Évora²², bem como para Torres Vedras, Bombarral e Óbidos²³, num eixo paralelo à faixa atlântica. Os oficiais do Tribunal Superior do Cível permanecem continuamente em Lisboa, quer os sobrejuízes João de Alpoim e João Fernandes²⁴, quer o Chanceler Gonçalo Gonçalves Camelo²⁵. Igualmente regular nos parece ser a actividade do Chanceler-mor, que estancia em Santarém durante esta primeira fase do reinado, próximo do monarca e da Corte. Um dos Vedores da Fazenda (Pedro Gonçalves) e o Escrivão (Pedro Afonso) procedem, em igual período, a repetidas visitas a Almeirim, onde desembargam um série de *provementsos de ofício*.

Mais coeso parece encontrar-se o corpo de oficiais superiores do Desembargo quando regressa a Lisboa, de onde cerca de um mês mais tarde parte para Santarém (finais de Novembro) e depois para Évora (4 Dezembro de 1434), onde se fixa até ao dia 4 de Maio de 1435²⁶, procedendo a visitas a locais próximos, designadamente Coruche e Estremoz. De notar que em igual período o monarca exerceu a actividade de despacho invariavelmente de Évora. Em meados do reinado, este centro urbano transforma-se num espaço de privilégio e de estância da Corte e da maioria dos

²² Cartas redactadas a 18.08.1434 e a 27.08.1434 pelo Dr. Rui Fernandes, Desembargador (AN/TT, *Chancelaria de D. Duarte*, L. 1, fls. 57-57v. e L. 3, fl. 43v).

²³ Em Óbidos, Bombarral e Torres Vedras vamos encontrar João Mendes, Corregedor da Corte nos dias 27.08.1434, 04.09.1434, 09.09.1434, 11.09.1434, 18.09.1434 e 28.09.1434 (AN/TT, *Chancelaria de D. Duarte*, L. 1, fls. 32v-33, 45v. e L. 18, fl. 110). Juntamente com o Corregedor encontramos Nuno Vasques de Castelo Branco, Vedor da Fazenda (AN/TT, *Chancelaria de D. Duarte*, L. 1, fls. 31v.-32 e 106v.-107).

²⁴ Cartas de 27.07.1433, 03.12.1433 (Biblioteca Municipal de Évora, Arquivo do Cabido de Évora, RR6a e AN/TT, *Colecção Especial*, cx. 33, doc. n.º 8 [cota antiga]).

²⁵ Carta de 13.01.1435 (AHCML, *Livro 2.º dos Reis...*, n.º 18, doc. 8, fls. 258-9).

²⁶ Permanecem cento e vinte e seis dias em Évora, estes documentados, mas efectivos terão sido cento e vinte e oito dias.

burocratas. A segunda parte do ano de 1435 é marcada por uma corrente de intensas ligações, proporcionada pelo eixo estabelecido entre Santarém, Alenquer e Arruda. 1436 e 1437 são passados maioritariamente em Santarém, Évora, Lisboa e Almeirim. Ainda assim, ao longo dos cinco anos do reinado são escassos os dias de permanência do monarca e da oficialidade redactante em Lisboa, com excepção dos oficiais da Casa do Cível. Na principal cidade do reino está documentado para um total de 108 dias²⁷, comparativamente aos 286 dias no paço de Santarém, aos 147 dias na cidade de Évora e aos 57 na vila de Almeirim. Nos domínios da sensibilidade e opções pessoais, torna-se pois evidente que o rei «Eloquente» tinha uma clara preferência, manifestada desde inícios do reinado, pelas principais vilas e cidades do Ribatejo e do Alto Alentejo, assentando o essencial da sua actividade governativa²⁸ em dois espaços cortesãos de algum modo justapostos: Santarém e Évora – e de onde se vão desdobrando caminhos de raio mais ou menos curto em direcção a outros lugares de menor importância. A este propósito não é de estranhar que as duas reuniões de Cortes tenham ocorrido respectivamente em Leiria-Santarém (1433) e em Évora (1436)²⁹.

Na regência do Infante D. Pedro (1440-1448) dá-se uma oscilação entre Lisboa, Santarém e Coimbra, existindo um período em que as relações sócio-territoriais dos homens do poder ocorrem nas mais das vezes partindo da última cidade referida: é o caso concreto da informação recolhida para os anos de 1441³⁰, 1442³¹ e 1445³², a partir dos quais assistimos ao despacho ininterrupto de diplomas da cidade do Mondego com visitas pontuais a localidades circunvizinhas, caso de Montemor-o-Velho, ou relativamente próximas, como Leiria, Tentúgal, Pombal, Óbidos, Bombarral e Cernache³³. As prolongadas estadias nesta zona surgem a partir do momento em que o

²⁷ Deste total 56 dias nos finais do ano de 1436 e de meados de Maio a inícios de Dezembro.

²⁸ Sobre a actividade governativa de D. Duarte v. por todos Judite A. Gonçalves de FREITAS – *A Burocracia do «Eloquente» (1433-1438). Os textos, as normas, as gentes*. Cascais: Patrimonia, 1996.

²⁹ Armindo de SOUSA – *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*. II, Porto: INIC/Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pp. 111-116.

³⁰ De 8 de Julho a 15 de Outubro (AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, L. 2, fl. 92v. e L. 2, fl. 78).

³¹ De 7 de Setembro a 13 de Novembro (AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, L. 10, fls. 21-21v. e L. 23, fl. 105; L. 37, fl. 65v. e L. 23, fl. 111v.). Os restantes meses reparte-os por Santarém, Leiria e Porto.

³² Permanece aí de 3 de Abril a 3 de Outubro deste ano (AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, L. 25, fl. 77 e L. 25, fl. 41). A permanência mais prolongada que conhecemos no ducado relaciona-se com a preparação da expedição a enviar a Castela e que seguiria com o Filho do regente, o Condestável D. Pedro (Humberto Baquero MORENO, *Os Itinerários do Infante D. Pedro (1438-1448)*, p. 15).

³³ Por ordem alfabética: Dr. Diogo Afonso (Chanceler-mor), Diogo Fernandes Almeida (Vedor da Fazenda), Fernão Álvares (Desembargador), Gonçalo Fernandes (Corregedor da Corte), Luís Afonso

Regente já tinha assegurado as condições de estabilidade e continuidade na governação do Reino. Por conseguinte, a permanência no burgo-sede do ducado arrastou um largo «trecho» de oficiais, de entre os quais se destacam os mais dedicados e fiéis servidores do Regente: Luís de Azevedo (Vedor da Fazenda)³⁴, Dr. Álvaro Afonso (Desembargador das petições)³⁵ e Lopo Afonso (Escrivão da Puridade)³⁶. O Regente também faz de Lisboa uma cidade litorânea dilecta, seja pela grave crise sócio-política vivida desde inícios da sua governação, circunstância que o compeliu à necessidade de conquistar apoio das gentes do burgo na frente que o opunha aos apoiantes da rainha, seja porque Lisboa se estava a afirmar como centro nevrálgico e estratégico da administração régia e palatina, com a fixação de alguns dos departamentos superiores da governação régia (*Tribunal Superior do Cível*³⁷, *Casa dos Contos*³⁸ e *Chancelaria*³⁹, organismos que conviria fiscalizar...), seja por desejar tomar parte na gestão da empresa ultramarina⁴⁰. A principal razão que o conduz à permanência cíclica, e por mais largos períodos, em Lisboa⁴¹, é, em nosso entender, a da garantia da sua sobrevivência política, uma vez que necessitava de colher apoio e alargar a respectiva área de influência junto das mais diversas forças sócio-políticas⁴². Daí que também nos não surpreendam as digressões em direcção ao Porto e a Guimarães, pontos setentrionais das suas deslocações, com parte da oficialidade. Em número de dias de permanência, logo depois de Lisboa, vêm Santarém e Évora, esta última local de clara preferência do final do Outono ao começo da Primavera, como que fugindo da estação das chuvas...

(Ouvidor da Corte como Chanceler-mor), Luís Martins (Desembargador) Pedro Lobato (Juiz dos feitos como Chanceler-mor), Rodrigo Eanes Vilela (Ouvidor da Corte) e Dr. Rui Gomes de Alvarenga (Desembargador).

³⁴ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, L. 25, fl. 60v.

³⁵ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, L. 25, fls. 27, 57, 58, 59v., 60, 60v., 75v. e 79.

³⁶ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, L. 25, fls. 26, 44v., 50, 57v., 61, 65v., 66 e 78.

³⁷ Com sede localizada em Lisboa desde os inícios do século XV (Marcelo CAETANO, *História do Direito Português (1140-1495)*. 2ª ed., Lisboa: Editorial Verbo, 1985, pp. 485-486).

³⁸ Fixa-se em Lisboa, no reinado de D. João I (Virgínia RAU – *A Casa dos Contos*, Coimbra, 1951).

³⁹ Sobre os mecanismos de funcionamento deste órgão governativo v. por todos Armando Luís de Carvalho HOMEM *et al.*, art. cit., pp. 403-423 e Maria Helena da Cruz COELHO e Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Origines et évolution du registre de la Chancellerie royale portugaise (XIIIe-Xve siècles), sep. da *Revista da Faculdade de Letras [UP], História*, 2ª série, XI, (1995), pp. 47-74.

⁴⁰ O Infante D. Pedro, enquanto regente, deu um impulso decisivo aos Descobrimentos e ao reconhecimento da costa ocidental africana (da Mauritània), bem como à colonização dos arquipélagos atlânticos, especialmente dos Açores (Alfredo Pinheiro MARQUES – *A maldição da memória do Infante D. Pedro e as origens dos Descobrimentos Portugueses*. Figueira da Foz: CEMAR, 1994, pp. 85-150).

⁴¹ Em 1439 e 1440 o regente e os seus oficiais estanciam maioritariamente nesta cidade; em 1443 a permanência reporta-se aos meses de Março a Julho.

⁴² José Manuel NIETO SORIA – “La realeza”, in *Orígenes de la Monarquía Hispánica: Propaganda y Legitimación (ca. 1400-1520)*, pp. 25-31.

Santarém constituía o elo de ligação entre os locais situados mais a Norte e as localidades do Sul do território, especialmente do Alentejo; que ao Regente interessava controlar, pelo constante perigo de uma invasão castelhana⁴³. O desajuste entre o projecto político do Infante D. Pedro e as difíceis relações com as distintas forças políticas, nomeadamente a nobreza senhorial, vai conduzi-lo a uma incessante procura de aliados políticos⁴⁴. A observação dos seus percursos mostra que a acção governativa se desenvolveu mormente na Beira Litoral, Estremadura, Ribatejo e Alentejo, circunstância que configura uma evidente preocupação com o domínio de uma parte considerável do território, excluídas que foram as estadias nas Regiões de Entre-Douro-e-Minho e a passagem pelas províncias de Trás-os-Montes e do Algarve.

Nos tempos imediatamente a seguir ao desfecho de Alfarrobeira (20. Maio.1449), a Corte de D. Afonso V mantém-se em Lisboa e Santarém de onde parte em esporádicas e curtas viagens até Almeirim ou Óbidos, no litoral oeste.

Évora torna-se sede do poder central na primeira metade do ano de 1450, pois daí parte o principal feixe de burocratas em exercício de funções a visitas a norte à vila de Arronches e a sul a Portel, Vidigueira e Beja. Na segunda metade do ano, Lisboa ocupa lugar privilegiado nas lides governativas de toda a oficialidade régia conhecida. Num acto de representação visual da Corte e dos feitos governativos, o jovem monarca inicia em 1451 um autêntico périplo pelos mais importantes centros urbanos da parte Sul do território, como que pretendendo traduzir, do ponto de vista do poder político, uma imagem de autoridade e soberania. Relembremos que as grandes mudanças na moldura institucional e humana decorreram nos anos de 1448 a 1450⁴⁵. No contexto geopolítico referido - crise política de Alfarrobeira - e de grandes transformações políticas, poucos foram os agentes que sobreviveram ao período da governação do Infante D. Pedro e a grande maioria dos novos quadros humanos, tendo sido provida, nesta altura, permanece nas instâncias superiores até meados da década de 60⁴⁶.

⁴³ Depois das Cortes de Lisboa de 1439, as desinteligências aumentam entre os dois cunhados. A neutralidade dos aliados da rainha só era possível, segundo D. Pedro, com uma aliança com D. Álvaro de Luna de modo a ficar protegido de eventuais ataques dos Infantes de Aragão (cf., *supra*, n. 32).

⁴⁴ Humberto Baquero MORENO – *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado Histórico*. I vol., Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1979, pp. 193 e ss.

⁴⁵ Efectivamente as maiores alterações a nível de recursos humanos no Desembargo e nas principais escrituraninhas ocorreram nos anos referidos. Foram afastados explicitamente seis oficiais superiores e ingressaram pelo menos nove novos (cf. Judite A. Gonçalves de FREITAS - «*Teemos por bem e mandamos*»..., I, pp. 248-254).

⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 251.

A partir dos inícios de 1451 detecta-se um significativo aumento das deslocações para lugares mais afastados; o corpo de oficiais empreende viagens que partem de Évora, dirigindo-se pelo eixo Estremoz-Elvas ou seguindo em direcção a Sousel, Fronteira, Alter do Chão, Crato e Portalegre, no Alto Alentejo continental. Na segunda metade do ano deparamos com a fixação da Corte e dos oficiais superiores no eixo Santarém – Lisboa. Os preparativos relacionados com as Cortes, marcadas para 30 de Março em Santarém⁴⁷, impôs uma limitação do espaço e tempo das visitas. O monarca estanciou na vila escalabitana entre 1 de Março e 19 de Abril⁴⁸. Nos meses que se seguem à reunião magna dos povos, estanciando no Paço de Almeirim, realizou visitas a localidades próximas: Vila Franca, Alenquer e Carnaxide. Por seu turno, os oficiais superiores da burocracia efectuaram o grosso do despacho em Santarém e Almeirim durante o mesmo período.

De facto, e de acordo com os itinerários do monarca e dos homens *do seu Desembargo*, pode-se concluir que a mais substancial das diferenças entre os primeiros anos de governação directa de D. Afonso V e os anos subsequentes a 1452, decorre essencialmente de uma maior regularidade de permanência em Lisboa e Évora. Não obstante, a cidade de Coimbra ocupará nos meses de Outubro de 1452 e Setembro/Outubro de 1453 as atenções do monarca e do respectivo séquito. A permanência no burgo coimbrão leva à realização de digressões, por parte de distintos núcleos de oficiais, às localidades de Montemor-o-Velho, Tentúgal e Botão (a oeste) e às localidades fronteiriças de Penamacor, Belmonte e Sabugal. Não será despiciendo afiançar que a estadia nos lugares da região centro do país, numa altura em que o ressentimento dos correligionários do Regente se mostraria fresco, terá contribuído para o transpor do constrangimento do monarca em demarcar, alargando, o espaço de intervenção da sua autoridade a uma área que lhe foi primária e maioritariamente adversa. Para o interior norte registam-se as visitas às cidades da Covilhã, Guarda e Viseu; nesta última estanciou de 5 de Novembro de 1453 a 1 de Abril do ano seguinte⁴⁹. Évora, ainda assim, constitui, durante quase todo o ano, o centro da administração régia.

⁴⁷ O período de reunião de Cortes ocorreu entre 3 e 18 de Abril (cfr. Armindo de SOUSA – *ob. cit.*, I vol., p. 372).

⁴⁸ O levantamento sistemático dos livros da Chancelaria leva-nos a inferir que efectivamente o monarca terá permanecido em Santarém entre estas datas e não entre 21 de Março e 19 de Abril (cfr. Armindo de SOUSA – *ob. cit.*, I vol., p. 372).

⁴⁹ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, L. 4, fl. 70 e L. 10, fl. 22v.

O mês de Maio de 1454 marca o regresso aos tradicionais centros geopolíticos: Lisboa⁵⁰, Évora e Santarém. É a partir destes núcleos urbanos que desenvolve as actividades governativas, que pensa em agilizar o casamento da sua irmã Infanta D. Joana com Henrique IV de Castela⁵¹, que aumenta o seu desejo de organizar uma cruzada contra os turcos, que procede a diligências diplomáticas enviando embaixadas a Aragão, Sicília e Nápoles, que solicita um subsídio nas Cortes de 1456 para a campanha, que se vê compelido, pelo ‘desfalecimento’ dos reis cristãos do Ocidente, a deslocar o objectivo de alcançar glória e poder para a empresa de Marrocos, ocupando Alcácer Ceguer⁵². Por isso o vamos encontrar em Ceuta, desde inícios de Outubro, projectando a conquista, a finais de Novembro de 1458, levando consigo um pequeno grupo de oficiais⁵³. Finda a conquista da praça marroquina, de regresso às origens repousa no Paço de Évora até meados de Abril de 1459⁵⁴, migrando para Lisboa em finais de tal mês e para o norte do reino (Porto) na segunda metade do ano.

Em suma, a partir de 1452 que as relações entre o monarca, os poderes instituídos e a sociedade política entram numa fase de acentuada estabilidade celebrante da confiança no monarca. Nos procedimentos burocráticos foi-se naturalmente estabelecendo a rotina, marcada por um estilo de governação em que a satisfação dos interesses particulares das *élites* dirigentes (conselheiros, burocratas e alta nobreza) é a tónica dominante. O monarca vai-se mostrando com um comportamento ético-político «quase» irrepreensível, magnânimo, permite que dos registos da *Chancelaria* ressalte o maior peso da *graça* régia nos perdões e nas mercês, bem como nas honras, benefícios e dotes de casamento aos seus protegidos – este não será quiçá um dos mais eficazes meios de exprimir o poder e a superioridade da realeza? Citando José Manuel NIETO SORIA: “A *presença de situações conjunturais de debilidade monárquica foi, (...) compatível com a afirmação de uma certa «retórica do absolutismo régio». O certo é que foi precisamente em aplicação deste absolutismo régio que a monarquia desenvolveu funções essenciais da sua actividade governativa quotidiana, tais como a*

⁵⁰ Nesta cidade permaneceu a maior parte do tempo até finais de 1458, tendo convocado por mais duas vezes Cortes que decorreram respectivamente no mês de Março de 1455 e de Junho de 1456 (cf. Armindo de SOUSA – *ob. cit.*, I vol., pp. 374-379).

⁵¹ Ruy de PINA – “Crónica de D. Afonso V”, in *ob. cit.*, cap. 136, pp. 768-769.

⁵² A 23 de Outubro de 1458.

⁵³ Lopo Vasques de Serpa e Gomes Lourenço (Desembargadores das petições); Fernão da Silveira (Coudel-mor) e D. Fernando de Castro (Vedor da Fazenda). Estes oficiais superiores da burocracia redactam 154 diplomas, maioritariamente de perdão.

⁵⁴ AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, L. 36, fls. 251v.-252.

*outorga de mercês, a concessão de perdões e de cartas de legitimação de índole diversa (...)*⁵⁵.

4. Conclusão

Terminemos com um breve cômputo das principais ilações a reter das reflexões efectuadas.

A análise a que se procedeu ao longo deste estudo (preliminar) procurou centrar-se na edificação das imagens de mudança e transposição dos espaços pelos homens do poder, entre 1433 e 1460.

Assim, ao efectuarmos o traçado das deslocações dos monarcas e dos servidores régios, verificámos que a articulação espacial das instâncias do poder é mais complexa do que poderia supor-se: alguns sectores específicos da oficialidade vão sugerindo maior independência relativamente a outros, deslocando-se autonomamente, muito embora em ocorrências episódicas: é o caso dos *Desembargadores das petições* e dos *Vedores da Fazenda*.

No que respeita a organização espacial das instituições administrativas centrais, damo-nos conta de que alguns dos nossos conhecidos burocratas detentores de especiais titularidades nunca se ausentam de Lisboa ou raramente se deslocam em visita a localidades próximas, caso dos oficiais superiores da Casa do Cível (Regedor, Chanceler, ouvidores e sobrejuízes) e dos Chanceleres-mores. Na realidade, estes ofícios parecem conhecer um período de acentuadas sedentarização e centralidade...

De entre os elementos essenciais da **hierarquia dos lugares do poder**, convém destacar que existe um número restrito de centros urbanos com um importante papel no estabelecimento da administração central durante o período em análise, e que anda em volta do clássico triângulo: Lisboa-Santarém-Évora, com clara propensão para Lisboa se salientar como centro nevrálgico dos órgãos do poder. Esta centralidade parece vir a aumentar na medida em que diminui a extensão do raio coberto pelas deslocações régias, e isto apesar das circunstâncias conjunturais a que aludimos, v.g. o período da regência do infante D. Pedro e/ou as inclinações particulares dos três governantes.

O estudo que encetámos teve também a preocupação de reconstituir a **geografia do poder**, mostrando claramente a oposição muito vincada, relativamente às principais correntes das deslocações, das partes setentrional e meridional do território; de onde

⁵⁵ “La realeza”, in *Orígenes de la Monarquía...*, p. 39. (tradução nossa).

podemos assentar no seguinte: os extremos Norte e Sul do território **não são tocados pela itinerância régia**. Os eixos de movimentação das elites do poder e dos dirigentes orienta-se em torno das principais urbes situadas na Estremadura e Ribatejo, dirigindo-se a partir daqui, em raios mais longos para o Alentejo continental, destacando-se Évora, e para o interior Norte ou para a Beira Litoral com realce para Coimbra.

Um último aspecto a salientar é a importância do litoral e do Noroeste que, em nosso entender, tem a ver com o peso do desenvolvimento económico, demográfico e social desta área regional na formação política do Reino. No cômputo das estadias e das incidências locais destaca-se Lisboa, não descurando a importância de focos como Santarém e Almeirim valorizados pela linha de navegação do rio Tejo. Recordemos que a unidade de Portugal se deve, em boa medida, ao «velho» domínio do litoral Atlântico...

**QUADRO I – Distribuição do total de diplomas por locais de expedição
(1433-1460)**

LUGARES	Nº DE DIPLOMAS
1º Lisboa	4820
2º Évora	3250
3º Santarém	1937
4º Coimbra	407
5º Sintra	232
6º Ceuta	154
7º Almada	120
8º Torres Vedras	118
9º Tentúgal	116
10º Estremoz	103
11º Almeirim	101
12º Viseu	99
13º Porto	95
14º Beja	87
15º Sardoal	84
16º Leiria	82
17º Sacavém	82
18º Alenquer	73
19º Arruda	54
20º Óbidos	34
21º Montemor-o-Velho	33
22º Carnide	28
23º Montemor-o-Novo	28
24º Serpa	24
25º Lamego	21
26º Aveiro	18
27º Penamacor	16
28º Torres Novas	14
29º Elvas	13
30º Penela	13
31º Avis	12
32º Viana da par de Alvito	12
33º Atouguia	11
34º Graciosa	10

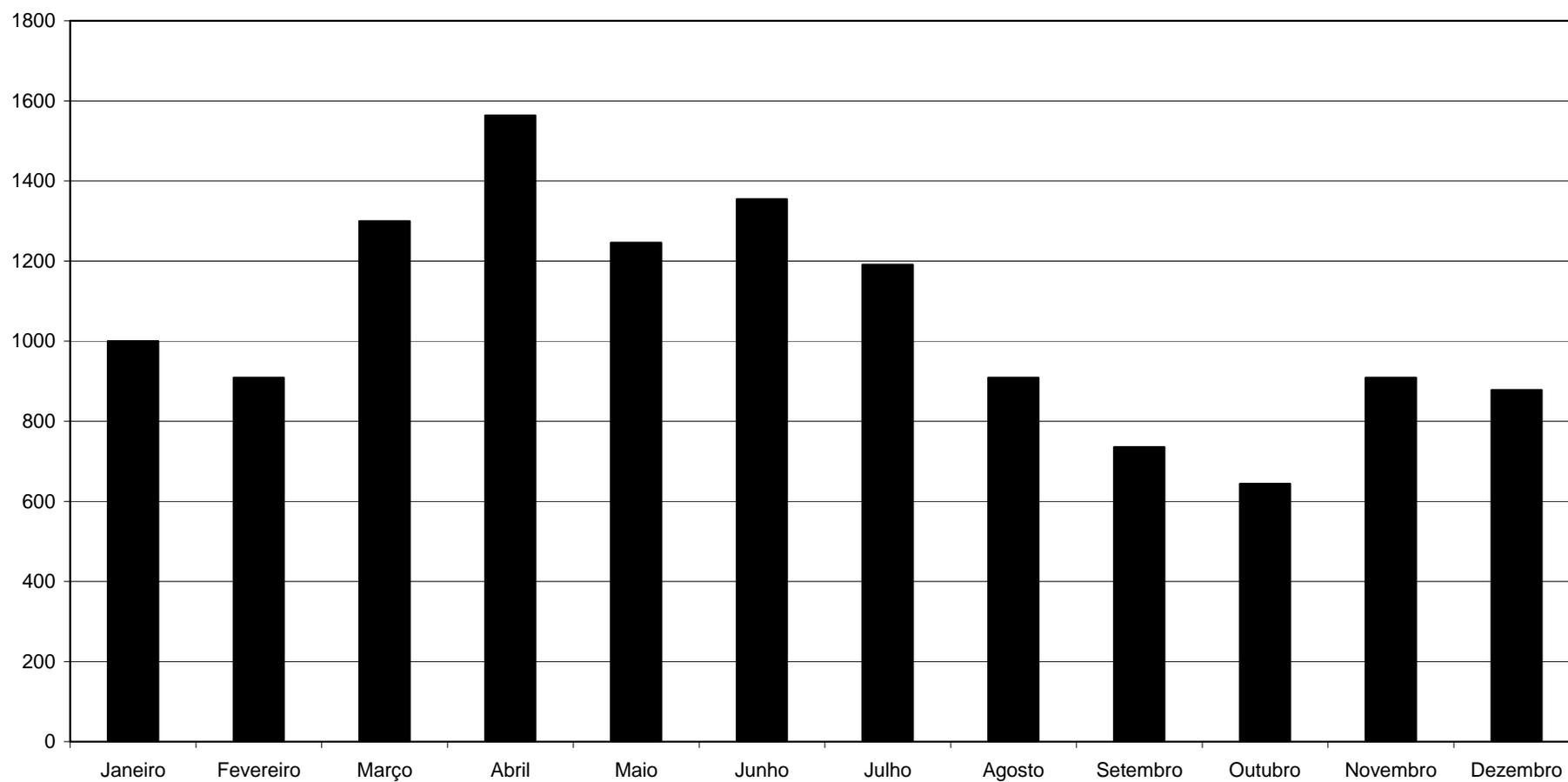
Gráfico 1 - Distribuição do total de diplomas por mês (1433-1460)

Gráfico 2 - Distribuição do total de diplomas por ano (1433-1460)